

Ilmo. Sr. Pregoeiro da Licitação n. 347/2023 da Diretoria de Gestão de Compras e Licitações do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - Senhor Sebastião Nobre da Silva.

SIMAS LOGÍSTICA LTDA, já qualificada no procedimento acima identificado, licitação sob a modalidade de pregão eletrônico, considerando as CONTRARRAZÕES da licitante **EXPRESSO MINAS FRIOS LTDA**, vem se manifestar na forma adiante exposta.

Verifica-se pelas contrarrazões apresentada pela a Recorrida, que ela mesmo reconhece NÃO CUMPRIR as exigências editalícias, conforme será demonstrado abaixo.

I – DA AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO OBRIGATÓRIA EXPEDIDA PELA POLÍCIA CIVIL

Sobre a falta de autorização obrigatória da Polícia Civil em sua proposta, identificada no recurso interposto pela ora requerente, a recorrida argumentou que:

“havia UMA CONDIÇÃO PREEXISTENTE que, embora não estivesse completamente demonstrada, permite a conclusão de que o Recorrido licitante preenchia os requisitos de comprovação quanto a qualificação técnica”.
(grifo nosso).

Neste tópico importantíssimo destacamos que documento apresentado pela recorrida possui **DOIS VÍCIOS INSÁNEIS** que devemos olhar com enorme atenção.

1. Apresentação de Licença VENCIDA;
2. A Licença não contempla autorização de armazenagem SOMENTE de transporte.
3. A licença não contempla autorização para armazenagem e Transporte de Produtos Perigosos.

Com todos os pedidos de vênio de sempre, tal manifestação não se presta a rebater o fundamento jurídico do recurso interposto, antes funciona como verdadeira confissão de que a parte sabia não haver demonstrado um dos requisitos exigidos em edital para sua qualificação técnica.

A Recorrida no intuito de ludibriar a verdade, invoca acórdãos isolados do TJSP apenas sinaliza aquilo que já estava dito e redito no recurso: não há escoras na jurisprudência brasileira para a correção de vício de ausência de documento obrigatório em proposta de licitação.

O legislador estabeleceu os cânones da licitação e o intérprete da lei não pode inovar, sob pena de um sem-fim de antijuridicidades e, claro, sob a certeza de se desequilibrar o procedimento, quebrando a igualdade de condições entre os licitantes... Afinal de contas, quem dirá ao administrador quando ele vai querer obedecer fielmente o texto da lei ou quando flexibilizará a obrigatoriedade dos requisitos de participação e os seus respectivos documentos?

Ademais, como se disse no recurso, a licença para TRANSPORTE **vencida** não conferia à recorrida outorga para ARMAZENAGEM, assim como para lidar com produtos PERIGOSOS, que são diferentes de

produtos químicos... nada obstante o esforço retórico das contrarrazões em arrostar essa afirmação, de obviedade infantil.

Ainda neste sentido, o edital é claro no tocante a **exigência da Licença para armazenagem e transporte de Produtos Perigosos e fora apresentada pela EMF licença para produtos químicos.**

Imperioso informar que dentro da classe de produtos perigosos existem inflamáveis, explosivos radioativos e etc..... que não estão contemplados através da licença de produtos químicos.

Portanto não há que se falar que a licença é válida e tão pouco contemplou a exigência do edital que se refere tacitamente a PRODUTOS PERIGOSOS que abrange um rol muito maior.

Ante o exposto, e em leitura as referidas contrarrazões, **restou claro e confesso pela Recorrida que esta não possuía a época da licitação as documentações necessárias para ser declarada habilitada e posteriormente vencedora do certame.**

II – DA ÁREA FÍSICA NÃO CONTEMPLAR AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL

Ao buscar rebater a insuficiência de sua área física, a recorrida diz que:

“a área disponível do galpão de 2.598,75m² é mais que suficiente para atendimento, considerando ainda que, possuímos 3.456 posições paletes verticalizadas, atendendo a área exigida na totalidade”.

Outra vez, é de se destacar que a recorrida **confessa** que não possui os **3.983m²** existentes. E apresenta aquilo que considera ser a sua solução para o problema (***“mais que suficiente”*** [!]): a verticalização de suas instalações.

Mas não é isto que está em edital! A Recorrida a todo momento tenta manipular as EXIGÊNCIAS do Edital.

Manipula a ponto de dizer que o que pede no Edital não é o que de fato é necessário, como se entendesse melhor que o Ministério Público, as suas necessidades.

Os tais **2.598,75m²** que a recorrida possui (*mais que suficientes* [!]) são muito inferiores aos 3.983m² impostos no texto e oferecidos pelos demais licitantes, que tiveram de onerar suas ofertas para conseguir cumprir a área mínima exigida...

Importante lermos novamente a regra do edital:

4.3.1.2 – REQUISITOS MÍNIMOS DE ARMAZENAMENTO (AMBIENTES)

– TABELA 3

Dimensionamento de Estoque			
Sector	Posições Paleta	M ² Blocado	Módulos de Mini Porta Palletes
Consumo	145	0	0
Permanentes Novos	92	1.433	0
Permanentes Reaproveitamento	85	635	0
Manutenção	0	130	49
Total	322	2.198	49 módulos - 197 prateleiras
Qtde Considerada no Layout	332	2.312	72 módulos - 288 prateleiras
Obs.:	15% de ociosidade	41% - Ociosidade + Corredores	47% Ociosidade
Área total interna		3.983 m ²	



Nobre Julgador, inegável alegar que, os outros concorrentes fizeram propostas dentro do escopo do edital, enquanto a recorrida o desrespeita e faz **economia de custos** em área física (*“mais que suficiente”* [!]), descumprindo aquilo que não poderia ser negligenciado por nenhum participante. É crucial que se perceba que o **preço final** proposto pela recorrida é o resultado de uma série de condutas que ferem as exigências do certame e que a colocam em uma situação diferenciada: de poder oferecer o menor preço porque não cumpre o projeto proposto pela administração.

A tese da verticalização remete, em realidade, a outro ponto: a inaplicabilidade de metragem cúbica para medir a superfície de

armazenamento. O edital é claro ao consignar: **3.983 Metros quadrados** que levam em consideração a área da superfície oferecida pelo galpão e não se mostra possível invocar uma imaginária verticalização para cumprir tal exigência editalícia, uma vez que o texto não permitiu a sua substituição por metragem cúbica e fora também muito claro na solicitação do que seria exigido em posições pallets e em metros quadrados.

Dessa forma, conclui-se que a **Recorrida elaborou sua proposta em cima de uma realidade benéfica somente a ela, prejudicando de forma irreparável os outros participantes que fizeram suas propostas estritamente ao que pede o Edital. Sendo FLAGRANTE A VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE pois obteve vantagem sob os demais licitantes que realizaram a precificação em total consonância estrito cumprimento das exigências do edital.**

Imperioso também constar que o Princípio da Impessoalidade obriga a Administração Pública a observar nas suas decisões critérios objetivos previamente estabelecidos, afastando a discricionariedade e o subjetivismo na condução dos procedimentos das licitações, razão pela qual a empresa EMF não cumpriu a exigência da metragem pré estabelecida para a realização da operação logística e em razão deste cumprimento deverá ser desclassificada por não atender aos requisitos mínimos pré estabelecidos e no edital.

III – DA AUSÊNCIA DE LAUDO DE VISTORIA VEICULAR MUNICIPAL

Sobre a ausência do laudo de vistoria veicular municipal, a recorrida confessa que não o juntou, mas diz algo que nada tem a ver a ausência desse documento obrigatório na presente licitação: ela ressalta **“que o Município de Betim – MG, não exige tal documento para o alvará sanitário”**. Decerto tal argumento não modifica nem reduz o impacto da falta do mencionado documento.

MAIS UMA VEZ, a Recorrida quer dizer o que é o melhor para o Ministério Público.

Ora, acredita-se que o responsável que confeccionou o Edital, estava ciente de todas as necessidades do Ministério Público, por esse motivo fez tal exigência.

E se a exigência está constante no Edital, ela DEVE ser cumprida! Não sendo uma discricionariedade dos licitantes escolher o que apresentar ou não.

Caso a Recorrida entenda-se não ser necessária tal exigência, deveria ter impugnado em momento oportuno, qual seja, “impugnação ao Edital”, não o fazendo, resta PRECLUSO o seu direito em impugnar tal exigência neste momento.

Sendo INADMISSÍVEL que a recorrida não apresente tal documento, por simplesmente “entender não ser necessário”.

Mais uma vez, a Recorrida viola as regras do Edital, do Princípio ao Instrumento Convocatório, bem como as normas que regem as licitações.

Sobre a RDC n. 430, da ANVISA, a recorrida tem uma tese simplória: ***“no edital, não é citado momento algum o atendimento desta RDC”***. Mas a empresa tenta tranquilizar a administração: ***“a ora Recorrida caso seja necessário cumprirá as normas de vigilância sanitária vigentes”***. Entretanto, desde a vistoria e a Prova de Conceito, quando já era obrigatória a sua observância, a recorrida atuava em comportamento dissonante das exigências desse ato regulamentar da ANVISA.

Tal argumento apenas reforça a inexistência de expertise da recorrida na prestação dos serviços que compreendem a parte mais sensível e delicada do edital e, aliás, também torna compreensível o retumbante silêncio de seus atestados a esse respeito.

Outra vez é preciso dizer: o preço final que se sagrou vitorioso até o presente momento — tão elogiosamente invocado pela própria recorrida, como se fosse a pedra filosofal — é tão somente o resultado de uma série de condutas reiteradas que feriam as exigências e as condições do certame. Tais elementos, ao contrário de produzirem um resultado benéfico para o pregão, colocam em xeque a solidez desses números vitoriosos e mesmo a capacidade de os serviços serem oferecidos a contento por quem não demonstrou — e não tem — experiência na atividade e por isso não pôde cumprir os requisitos obrigatórios do edital.

Tudo o que aqui se disse, assim como os demais fundamentos contidos nas razões recursais, reforça a necessidade de se prover o recurso interposto pela requerente.

Belo Horizonte, 26 de março de 2024.


SIMAS LOGÍSTICA LTDA
Assinado de forma digital por SIMAS
LOGISTICA LTDA:13360985000108

**ENC: CONSIDERAÇÕES: CONTRARRAZÕES da licitante EXPRESSO MINAS FRIOS LTDA
- PROCESSO SEI: Nº 19.16.3916.0162545/2023-77**

Diretoria de Compras e Licitacoes <dgcl@mpmg.mp.br>

Seg, 01/04/2024 12:44

Para: Sebastiao Nobre da Silva <nobre@mpmg.mp.br>

Cc: Simone de Oliveira Capanema <scapanema@mpmg.mp.br>; Amarilis Assis Simao Curcio <amarilis@mpmg.mp.br>; Lilian de Campos Mendes <lcampos@mpmg.mp.br>

 1 anexos (342 KB)

Consideração Contrarrazões MP_PE347.2023.pdf;

Encaminhando para providências.

Atenciosamente,



Diretoria de Gestão de Compras e Licitações

Avenida Álvares Cabral 1740, 6º andar
Belo Horizonte - MG
CEP: 30170-008 - Tel.: (31) 3330-8307

De: ADM || Simaslog <adm@simaslog.com.br>

Enviado: quarta-feira, 27 de março de 2024 14:01

Para: Sebastiao Nobre da Silva <nobre@mpmg.mp.br>; Diretoria de Compras e Licitacoes <dgcl@mpmg.mp.br>; Divisão de Materiais <dimat@mpmg.mp.br>

Assunto: CONSIDERAÇÕES: CONTRARRAZÕES da licitante EXPRESSO MINAS FRIOS LTDA - PROCESSO SEI: Nº 19.16.3916.0162545/2023-77

Ilmo. Sr. Pregoeiro da Licitação n. 347/2023 da Diretoria de Gestão de Compras e Licitações do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - Senhor Sebastião Nobre da Silva.

SIMAS LOGÍSTICA LTDA, já qualificada no procedimento acima identificado, licitação sob a modalidade de pregão eletrônico, considerando as CONTRARRAZÕES da licitante **EXPRESSO MINAS FRIOS LTDA**, vem se manifestar na forma adiante exposta.

Segue anexo.

À disposição



[www. simaslog.com.br](http://www.simaslog.com.br)

Av. 3, 311, Parque Norte Business

Center

Morro Alto . (31) 3622 9483 .

Vespasiano, MG



De: Sebastiao Nobre da Silva <nobre@mpmg.mp.br>

Enviada em: terça-feira, 26 de março de 2024 11:16

Para: ADM || Simaslog <adm@simaslog.com.br>

Assunto: RE: PROCESSO SEI: Nº 19.16.3916.0162545/2023-77 - RECURSO / CONTRARRAZÃO

Prezados Senhores,
Bom dia!

Informamos que as Contrarrrazões de Recurso do licitante " EXPRESSO MINAS FRIOS LTDA." foram apresentadas dentro do prazo legal (25.03.2024), e já estão disponíveis no campo próprio do Portal de Compras MG, e em nosso site: <https://www.mpmg.mp.br/> portal/ Serviços/ Consultas/ Licitações e Contratos/ Portal Transparência MPMG.

Atenciosamente,

Sebastião Nobre da Silva

Agente do Ministério Público

Diretoria de Gestão de Compras e Licitações

Avenida Álvares Cabral 1740, 6º andar

Belo Horizonte - MG

CEP: 30170-008 - Tel.: (31)3330-9464

Excepcionalmente: (31)98791-4139

De: ADM || Simaslog <adm@simaslog.com.br>

Enviado: terça-feira, 26 de março de 2024 10:17

Para: Sebastiao Nobre da Silva <nobre@mpmg.mp.br>

Assunto: PROCESSO SEI: Nº 19.16.3916.0162545/2023-77 - RECURSO / CONTRARRAZÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Prezado Sr Pregoeiro!

Bom dia

Tendo em vista que não localizamos o documento de Contrarrazão à ser apresentado até a data de 25/03/24, pela empresa EMF – Declarada Vencedora do Pregão nº 347/2023, solicitamos de V. Sa. orientações.

Desde já agradecemos.